

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A CULTURA DA NOBREZA

VOLUME 19, 1998

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A CONTRIBUIÇÃO PORTUGUESA PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

As teorias explicativas acerca do Brasil na visão dos intelectuais brasileiros

A *doxa* corrente no século XIX e início do século XX acerca da explicação da sociedade brasileira vincula-se a nomes como Silvío Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros. Os intérpretes do Brasil preocuparam-se com a questão da identidade nacional. Dois aspectos estão presentes nos escritos desse período: a questão do meio e a questão racial; meio e raça permearam todas as reflexões da intelectualidade brasileira. O problema enfrentado pela intelectualidade da época constituía-se em pensar o Brasil através das teorias explicativas correntes no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer penetravam os debates acerca da temática. A utilização dessas teorias explicativas trouxe problemas para os intelectuais brasileiros. Ao aceitá-las, ordenou-se ao arcabouço conceitual vigente analisar a evolução de nossa sociedade à luz de uma história natural.

* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

O hiato entre teoria e realidade tornou necessário introduzir explicações sobre a defasagem existente. Como poder-se-ia explicar uma realidade cuja diferença não se encontrava nos modelos conceituais e nas categorias existentes estruturadas na igualdade? Nesse sentido, a interpretação desses intelectuais dava ênfase à construção da sociedade apontando para o futuro. A compreensão determinista meio-raça explicaria a "natureza indolente" do brasileiro, da mesma forma que explicaria os fenômenos econômicos e políticos do país. Ser brasileiro significava viver em uma área geográfica diferente da européia, que havia sido povoada por uma raça distinta. A noção de povo identificando-se com a problemática étnica, cuja construção no interior de uma fronteira delimitada pela geografia nacional apontava para uma realidade diferenciada. A climatologia (calor, umidade, fertilidade do solo etc.) explicaria o desenvolvimento ou o atraso dos povos. O sistema de ventos, por exemplo, os ventos alísios, justificava o atraso brasileiro. A natureza suplantaria o homem. Como tratar da identidade nacional diante da disparidade racial? Nesse quadro, aparece o mestiço; à medida que a civilização européia, representada pelo português, não podia ser transplantada, pois o meio e a raça diferiam, o ponto de equilíbrio passou a ser o mestiço, que representava uma categoria cuja possibilidade de aclimação da civilização européia nos trópicos, resultado dessa experiência, caracterizar-se-ia como a especificidade brasileira. O mestiço, resultado de cruzamento de desiguais, apontava para a possibilidade da construção de uma igualdade interna diferenciada da externa.

A obra de Nina Rodrigues¹⁾ talvez seja a que mais identifica a impregnação da visão raciológica no pensamento da intelectualidade brasileira. Em suas análises sobre o direito penal brasileiro, faz inúmeras considerações a respeito das características psíquicas do homem e sua dinâmica com o meio. A análise do autor revela que as raças superiores se diferenciam das inferiores; no contato interracial e na concorrência social, vence a superior; a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual, frente ao meio. Ao procurar compreender o sincretismo religioso, revela a visão que tem sobre a inferioridade religiosa do

(1) Nina Rodrigues, *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, Waissman Koogan, Ltda., s.d..

negro. Os cultos afro-brasileiros demonstram a incapacidade da população negra assimilar a civilização. Em 1880, Aluísio de Azevedo⁽²⁾ publica *O Cortiço*, cujo personagem Jerônimo representa um imigrante português que chega ao Brasil com todos os atributos conferidos à raça branca: força, persistência e gosto pelo trabalho. Ao se apaixonar por Rita (mulata), troca a guitarra pelo violão e o fado pelo samba, abrasileirou-se, isto é, tornou-se preguiçoso, dengoso. O autor diferencia a raça usando comparações comportamentais de forma que a negatividade do mestiço (Rita) sobrepõe a superioridade do branco (Jerônimo).

Silvio Romero⁽³⁾, em sua visão acerca da evolução histórica da sociedade brasileira, aponta para a visão evolucionista. A superioridade da civilização européia tomou-se decorrente das leis naturais que orientaram a história dos povos. Em seus estudos sobre o folclore, dividia a população brasileira em habitantes das matas, das praias, da margem dos rios, dos sertões e das cidades. O autor, no entanto, considerava a problemática racial mais importante que a do meio. O negro, para o autor, era mais importante que o índio, pois foi aliado ao branco, que prosperou. A sua concepção de "raça antropológica" era aquela vinculada aos parâmetros biológicos que trariam consigo as qualidades psicossociais das nacionalidades. Como no Brasil não havia um fato étnico predominante, somente no futuro poderíamos construir uma "raça histórica".

Euclides da Cunha, em *Os Sertões*⁽⁴⁾, dedica dois longos capítulos de sua obra para analisar a Terra e o Homem, (meio e raça); esses pressupostos constituem-se no aparato conceitual de explicação do homem nordestino. Esse homem é, na leitura do autor, um forte, uma vez que precisou sobreviver em um meio inóspito. Sua força se constituía na aventura de domesticar a caatinga. Os defeitos e as vicissitudes do homem brasileiro são explicados pelo meio. A imagem sobre a origem do bandeirante nordestino reflete a visão da

(2) Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, São Paulo, Círculo do Livro S/A.

(3) Silvio Romero, *Contos populares no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. Ver ainda do autor *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.

(4) Euclides Cunha, *Os Sertões*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 27ª edição, 1968.

superioridade da raça branca. O autor abre o capítulo sobre a Terra citando Hegel, para ilustrar a influência do meio geográfico.

Outro exemplo sobre essa interpretação de Brasil encontramos na obra de Manuel Bonfim⁽⁵⁾. Escreve no início do século, em Paris, um retrato do Brasil dentro das três correntes de pensamento da época. Para ele, os males da América Latina estão relacionados às relações entre as nações. Nesse sentido, o Brasil estaria situado como parte de um sistema mais abrangente. Perguntar sobre o Brasil seria perguntar sobre as relações entre América Latina e Europa. O sistema de relações assemelha-se. Define o sistema como doente, como inadaptado. A América Latina precisava ser conhecida através da inadaptação do organismo social e esse diagnóstico possibilitaria a sua compreensão. As relações entre colonizador e colonizado são aprendidas enquanto relações de dominantes e dominados. A abordagem da exploração das metrópoles e da destruição das civilizações autóctones revelam a reação anticolonialista do autor. O colonizador educa o colonizado, nesse sentido, vê no Brasil o herdeiro das mazelas portuguesas, entre as mais negativas o conservadorismo e a falta do espírito de observação. Esses aspectos negativos não se revelam nos negros e índios integrantes do espírito brasileiro, que reequilibrariam o negativismo do colonizador. Vê, assim, a miscigenação como um aspecto positivo, porém opta pelo progresso europeu.

Na virada do século surge a fábula das "três raças", como considera Roberto da Matta⁽⁶⁾. As relações profundas entre credos científicos supostamente eruditos e divorciados da realidade social explicavam a "preguiça do índio, a melancolia do negro e a estupidez do branco lusitano degredado e desagradado". Essas teorias impregnaram o imaginário social que, mesmo em nossos dias, fazem parte do senso comum. Tais explicações foram apontadas como responsáveis pelo nosso atraso econômico-social, por nossa indigência cultural e pela necessidade de autoritarismo político. O drama brasileiro consistiria no modo pelo qual tais raças entraram em relação para criar um povo ambíguo no seu caráter. Roberto da Matta refere

(5) Manuel Bonfim, *América Latina: Males de Origem*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993.

(6) Roberto da Matta, *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*, Petrópolis, Vozes, 1981.

ainda que: "nessa visão de mundo e de ciência, nada há que as sociedades possam realizar concretamente. Tudo é uma questão de tempo biológico, nunca de tempo social e historicamente determinado. Assim, o tempo biológico teria razões que o tempo dos homens históricos desconheciam, de nada valendo qualquer rebelião contra ele". Essa fábula é importante porque permite juntar o popular e o erudito, além de especular sobre a relação entre o vivido (popular) e o concebido (erudito). A profundidade histórica dessa fábula foi utilizada largamente na construção da identidade social brasileira. O triângulo das três raças foi mantido como um dado fundamental na compreensão do Brasil pelos brasileiros. E mais, com essa triangulação étnica, pela qual se arma geometricamente a fábula, tomou-se possível uma ideologia abrangente capaz de permear a visão da sociedade, dos intelectuais e de boa parte dos grupos políticos, além de grupos da própria academia.

A *doxa* que conduziu as teorias explicativas sobre o Brasil nos autores acima mencionados centrava-se nos pressupostos epistemológicos da *razão prática*, ou teoria da utilidade. Para os seguidores dessas teorias, a cultura é uma realização instrumental de necessidades biológicas constituídas a partir da ação prática e do interesse. O referencial é a utilidade prática vista como a satisfação de necessidades orgânicas. O costume originar-se-ia na prática. A cultura é um instrumento, um conjunto de meios à disposição do sujeito. Através desses pressupostos, a estética social brasileira revelaria a negação explicitada no corpo social mestiço, portanto, inferior.

Nos anos 30, a interpretação do Brasil ganha uma nova interpretação. Gilberto Freyre⁷ substituiu a noção de raça pela noção de cultura, o que possibilitou uma nova concepção das sociedades, que deveriam ser analisadas em suas especificidades, como um fato *sui generis*. O autor transforma a negatividade do negro e do mestiço em positividade. O que era mestiço tornou-se nacional original e específico, construiu assim uma nova *cor* para o Brasil. Em sua obra conseguiu unir a todos; *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* são na realidade a unidade da nação. A *cor* possuía unidade, em que

(7) A obra do autor, como um todo, é fundamental para a interpretação do Brasil.

pesem as diferenças étnicas e culturais. Nesse sentido, ofereceu ao povo brasileiro a sua carteira de identidade e, para além desse aspecto, possibilitou enfrentar a questão nacional em novos termos, permitiu ao brasileiro se pensar positivamente. A obra de Freyre revela a influência da escola *culturalista americana* criada por Franz Boas, onde a cultura é vista como presa a uma determinada visão histórica; essa visão colocou sempre problemas para uma compreensão relativizadora da sociedade do outro. Freyre foi aluno de Frans Boas nos Estados Unidos e trabalhou em sua equipe de pesquisa. As concepções teóricas da escola culturalista chegam ao Brasil através de sua obra. A idéia central da escola americana é, *grosso modo*, estabelecer a relação entre a cultura e as personalidades individuais, como se a cultura fizesse a escolha daquilo que iria minimizar, acentuar ou ignorar nas vidas humanas. A cultura, dessa forma, será definida pelo padrão de características sistematicamente impressas nas personalidades individuais. O conjunto das personalidades assim marcadas dá o "tom", a "coloração" que a cultura vai adquirir.

Outra grande influência na interpretação do Brasil foi dada por Lévi-Strauss⁽⁸⁾. O autor influenciou toda uma geração de brasileiros quando foi Professor na Universidade de São Paulo (USP) na década de 30. Foi aceito como Professor em 1934. Após longo período no Brasil voltou à França, retornando alguns anos após a sua primeira estada para pesquisar, junto aos índios Caduveo, Bororó, Nanbikwara e Tupi. Antes de realizar essas pesquisas com os grupos acima indicados, o autor manteve contatos com os índios Kaingang como uma forma de ensaio para a pesquisa posterior. Dessas pesquisas resultou uma homenagem à diferença através dos índios dos trópicos, o livro *Tristes Trópicos*. Sua grande contribuição, como estruturalista, foi a busca de invariantes. Na procura dessas invariantes, o autor realiza uma das mais belas etnografias deste século. Além do contato com os índios, faz uma análise muito completa sobre a sociedade brasileira; no capítulo IX e no capítulo XI, faz uma descrição de São Paulo e do Rio de Janeiro. O autor definiu a América como sendo

(8) A obra do autor é fundamental para a compreensão de inúmeros trabalhos de antropólogos brasileiros. Seu trabalho mais importante sobre o Brasil é *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, Lda., 1986. Sobre a questão das raças, citamos o livro *Raça e História*, publicado pela UNESCO em 1952.

uma terra que passou da barbárie a decadência sem conhecer a civilização. Usou a cidade brasileira como um objeto bom para pensar sobre essas questões. Ao analisar o interior do Brasil, principalmente Goiânia, o autor descreve o Brasil como os viajantes do século XVIII e do século XIX. Nesse sentido, utiliza o meio e a raça para a sua descrição, como os intelectuais do século XIX e do início deste século. Lévi-Strauss afirma⁽⁹⁾: "Fui ao Brasil porque queria ser etnólogo". Em que pese as suas observações como viajante, a descrição densa usada pelo autor (etnografia) constituiu-se em um material muito vasto, principalmente sobre os Bororos, que mais tarde é publicado em uma análise do sistema de parentesco em *Antropologia Estrutural I*, tornando-se um clássico da Antropologia. Analisa as estruturas de certas tribos do Brasil central e conclui como muito primitivas pelo baixo nível de cultura material. Por outro lado, afirma que as mesmas se caracterizaram por uma estrutura social de grande complexidade, abrangendo diversos sistemas de metades que se entrecortam e são dotados de funções específicas, clãs, classes de idade, associações esportivas, ou cerimoniais e outras formas de agrupamento.

O conjunto conceitual utilizado pelos estruturalistas e pela chamada escola sociológica francesa, mais especificamente a escola estruturalista, da qual Lévi-Strauss é o seu melhor representante, assim como Boas o é da escola culturalista, assenta a sua análise na *razão simbólica*. A lógica simbólica ou teoria da cultura concebe o homem vivendo em um mundo material criado por ele de acordo com um esquema de significados por ele estabelecido (arbitrário cultural). A criação do significado é a realidade que distingue e constitui os homens. As relações sociais são compostas e organizadas pelo significado, sendo a experiência organizada como uma situação simbólica. Nesse sentido, as culturas seriam ordens de significado de pessoas e coisas, vale dizer que a realidade é uma construção simbólica. O significante precede e excede o significado, é anterior, portanto, é da origem, e posterior, pois extrapola o significado. A absoluta igualdade do ser humano constitui-se na exteriorização do significante que se expressa na diferença. Essas duas escolas possibilitaram uma interpretação diferenciada para o Brasil. Os seus seguidores criaram linhas de pesquisa dentro de muitas universidades

(9) Didier Aribom, Claude Lévi-Strauss, *De Perto e de Longe*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, pp. 31-33.

brasileiras. Após as influências dessas escolas, as produções científicas brasileiras foram muito significativas. Um número expressivo de historiadores, antropólogos, e sociólogos se debruçaram sobre elas buscando um suporte epistemológico que se adequasse a nossa diversidade.

Nos anos 50 e 60 um grupo de intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sob forte influência da filosofia hegeliana, passaram a explicar o Brasil através da substituição da categoria aculturação pela transplantação cultural, "cultura alienada". A cultura foi vista como objetivação do espírito, ao mesmo tempo que insistiam que a cultura significava um vir-a-ser. Os intelectuais desse período entre eles Guerreiro Ramos, Paulo Prado, Afonso Arinos e Cândido Mendes, concentraram seus esforços na busca de uma autenticidade para pensar o Brasil. A questão da memória coletiva e do sincretismo é substituída pela questão da alienação. A preocupação desloca-se para a explicação do atraso no quadro da dominação internacional.

Nos anos 60, os Centros Populares de Cultura (CPC) utilizaram o conceito de alienação de Marx e Lukács. A proposta de organização da chamada "cultura popular" valorizava a tradição em um primeiro momento. Foi Ferreira Gullar que rompeu a identidade forjada entre folclore e cultura popular. O folclore passou a ser interpretado como manifestação tradicional e a cultura popular passou a ser vista como a possibilidade de transformações. Os intelectuais do CPC, objetivavam organizar a cultura popular em contraposição à cultura alienada das elites.

Em meio às diferentes teorias explicativas que pretendem dar conta da complexa formação da sociedade brasileira, as teorias despidas do etnocentrismo, onde a percepção do "outro" não foi centrada no próprio "eu", e o reconhecimento da diferença foi visto não como uma ameaça a ser destruída, mas como alternativa a ser pensada, encontramos Gilberto Freyre e Lévi-Strauss. Essa foi a grande contribuição ao patrimônio cultural das sociedades dado por Lévi-Strauss com a generosa abertura para uma preservação da experiência da diversidade. Esse reconhecimento cabe também para analisar a política portuguesa de ocupação do território brasileiro. Ao não excluir a diferença mas incorporá-la, os portugueses relativizaram a concepção de unicidade da cultura, vendo no outro a condição de escolherem, organizarem, classificarem e praticarem suas experiências através de seus próprios códigos. Ao "incorporarem" outras culturas,

possibilitaram a criação de uma espécie de linguagem compartilhada onde se manifestam diferentes símbolos compondo, como uma teia de significados, conjuntos padronizados que trazem dentro de si a estrutura de um sistema de trocas privilegiando múltiplos elementos de diferentes culturas. A ação não-excludente revela-se em planos superpostos na estética social brasileira de forma a abranger todo o tecido social. Essa especificidade caracteriza mesmo os locais com forte presença de culturas imigratórias européias do século XIX. A presença de descendentes de italianos, alemães, poloneses e ucranianos, entre tantos outros, com forte característica cartesiana, não elimina a presença estruturante portuguesa da plasticidade, do afrouxamento no contato com a diferença, ao contrário, impede a exclusão. No lugar em que se exerce o esforço do aprendizado da diferença, sentimentos, pensamentos e práticas etnocêntricas complexificam-se, transformam-se e relativizam-se. Esse processo possibilitou o surgimento de uma problemática cristalizada em tempos modernos que, por outro lado, foge à uniformidade proposta por ele.

Dessas sínteses resultam objetos que nunca chegam a ser completos e que um olhar ulterior poderá sempre solicitar, anular. E o olho, nessa experiência, encontra-se constantemente em busca do reconhecimento, da mesma forma que o espírito pode estar em uma descrição do objeto que ele procura pensar. Assim, o observador não poderá afirmar que reconhece perfeitamente o seu objeto, uma vez que a sua apresentação é absolutamente individual. O "reconhecimento" perceptivo não satisfaz nunca a exigência lógica da descrição. O problema da interpretação da modernidade brasileira deve ser encarado, como uma possibilidade de dar forma a uma seqüência de momentos, de modo a que esta última, aceite uma das contingências explicitadas. Visto assim, é possível fugir do período histórico que projeta o futuro para pensar como Lyotard⁽¹⁰⁾ quando refere como Freud designou a "perlaboração", um trabalho dedicado a pensar no que, do acontecimento e do sentido de acontecimento, nos é escondido de forma constitutiva, não apenas pelo pressuposto anterior, mas também por estas dimensões do futuro que são o projeto, o programa, a prospectiva, e mesmo a proposição e o propósito de psicanalisar.

⁽¹⁰⁾ Jean-François Lyotard, *O Inumano - Considerações sobre o Tempo*, Lisboa, Coleção Margens, Editorial Estampa 1990, pp. 37-43.

Lyotard afirma que "o memorável texto de Freud, referente à técnica psicanalítica, distingue repetição, memorização e perlaboração. A possibilidade de se utilizar da perlaboração deslocaria a análise do conhecimento para a 'técnica' e a arte. Não resulta na definição de um elemento passado mas pressupõe que o próprio passado seja o protagonista ou o agente que dá ao espírito os elementos com os quais a cena se irá construir".

Para poder se reinterpretar o fenômeno social brasileiro, toma-se necessário relacionar o trabalho da imaginação com o gosto e o prazer, no sentido dado por Kant sobre o gosto e o prazer do belo. Tanto um como o outro atribuem a mesma importância à liberdade, aos elementos fornecidos pela sensibilidade, e ambos insistem no fato de que as formas em jogo, no prazer estético ou na associação e escuta livres, serem tão independentes quanto qualquer interesse empírico ou cognitivo. Kant os ilustra em duas metáforas, a da chama inapreensível na fogueira e a do desenho evanescente formado pelas águas vivas de um ribeiro. Conclui que a imaginação dá "muito a pensar ao espírito", muito mais do que o trabalho conceitual do entendimento o possa fazer. Essa posição relaciona-se à questão do tempo. Para Lyotard⁽ⁿ⁾, "a apreensão estética das formas só é possível se renunciar a toda pretensão de dominar o tempo com uma síntese conceitual. Porque o que está aqui em jogo não é a "reconhecimento" do dado, como diz Kant, mas a aptidão para deixar aparecer as coisas da forma como se apresentam". O livre jogo da imaginação estética e da associação ou atenção livres que está em jogo na relação analítica está marcado pela heterogeneidade. Essa heterogeneidade de apresentar um fenômeno trabalha com a imaginação como a própria liberdade, a faculdade de apresentar *dados* em geral, incluindo os dados "imaginativos", digamos mesmo criados, como escreve Kant.

A sociedade brasileira em sua heterogeneidade se apresenta como um fenômeno cujos *dados e cor* construídos historicamente revelam o papel do colonizador imbricado a outros fenômenos não-registrados na mesma simetria da modernidade. A assimetria brasileira representa um novo olhar da história que pode ser pensado como modelo, o barroco.

(n) Jean-François Lyotard, *ob. cit.*, pp. 35-36.

A sociedade colonial brasileira configurou-se a partir do barroco, o modelo pode ser representado como um teatro de duplicidade e de contradições. Ele se constituiu no movimento mais dinâmico da história da arte e da arquitetura. Todas as formas de movimento foram concretizadas no barroco, as oscilações desse período foram inscritas na sociedade brasileira. Os exemplos que mais representam essa inscrição podem ser percebidos no português falado no Brasil, e nas regras que delimitam as relações sociais, onde a dinâmica da inclusão, impede a exclusão, imposta pela lógica cartesiana. Essa é uma concepção de mundo que, de certa maneira, pode ser considerada como uma noção de transgressão, ao menos, transgressão aos cânones do racionalismo, com seus conceitos universalistas e seus critérios de proporções mundiais e humanas. Ao mesmo tempo que negou-se o formalismo canônico, permitiu-se uma aproximação simultaneamente harmônica e conflitual de vários elementos. O barroco, visto como um estilo de vida, é regido pela experiência das contradições, dos antagonismos e do sincretismo que o determinam. Esses aspectos geram desagregação social e natural aos olhos do racionalismo europeu. As diversas verdades contidas no modelo social brasileiro não são irredutíveis e sem relação entre si. A mistura e confusão de papéis sociais se opõe, a estética do caráter que está construído o classicismo. Uma análise da formação histórica de nossa sociedade que conduza à reflexão sobre a complexa organização de formas do vínculo social toma-se possível à medida que deixarmos aparecer o fenômeno sem a preocupação com modelos preestabelecidos pelo racionalismo.

A presença de relações tradicionais e modernas e de relações não-circunscritas nessa historicidade (índios e negros) dimensiona a configuração da civilização brasileira. A estética da vida social que primou pela negação do formalismo canônico, inspirado no ideário racionalista, deu ênfase aos aspectos sensoriais, a sensibilidade e, enfim, a tudo o que pode ser considerado como um modo de ser do trágico barroco, que se opõe por definição, ao predomínio do equilíbrio, seriedade e racionalidade propostas pelo pensamento clássico. A estética do barroco construiu e elaborou a camavalização da expressão dos sentidos coletivos e hibridizou o sagrado e o profano. O exemplo mais adequado dessa estética encontra-se na festa, festa que, no Brasil, encontra seu ponto mais significativo no carnaval. Podemos traduzir essa estética, com as duas conotações dadas pelo barroco: comicidade e dogmatismo, onde o riso, o grotesco, a alegria,

o equilíbrio e o romântico se apresentam através de contradições onde a ruptura de limites desaparece.

A construção histórica e o papel de Portugal

Nossa formação histórica, herdada do colonizador, funda-se no desenvolvimento da idéia de uma falta de originalidade em seu processo de estruturação. A falta de originalidade encontra-se na ausência do modelo racionalista europeu. Por outro lado, implica compreender a diversidade da experiência social cuja genealogia fundamenta-se no sincrético, que impede a existência de um modelo único, como tradicionalmente se tem pensado, e em experiências sociais que entram em hibridização de axiomas. A política portuguesa na montagem da sociedade brasileira atuou em dois planos: o processo de miscigenação, que construiu a sociedade brasileira, foi estabelecido como uma estratégia política portuguesa para garantir a ocupação e a posse dos domínios na América, essa política reflete a originalidade portuguesa. A estratégia da metrópole para organizar a colônia refere-se à fundação e ao estabelecimento das normas de funcionamento da sociedade colonial.

A política de miscigenação com o nativo e posteriormente com os africanos trouxe inúmeras vantagens à ocupação portuguesa no Brasil. O indígena contribuiu com o processo de miscigenação e com a transmissão do conhecimento da terra; essa contribuição foi fundamental para a ocupação portuguesa. O Brasil era diferente para o colonizador português, era gigantesco, sua geografia desconhecida, a sua paisagem inexplicável, os costumes europeus não encontraram respostas na nova terra e tudo estava por fazer. O primeiro passo para essa ocupação foi dado quando se "conheceu" a nova terra. Esse conhecimento foi a grande contribuição inicial do indígena ao português, poder-se-ia dizer que ela fundou as bases do processo da civilização lusa na América.

A imaginação portuguesa estimulou a enorme mitologia a respeito do exotismo das novas terras descobertas. As expedições marítimas para as zonas tórridas e para além da linha do Equador ofereceram, ao olhar dos portugueses, o estímulo do encantamento da nova realidade. Esse novo mundo descoberto revelou-se também nas terras do Brasil, onde foram localizados vários mitos que passaram a ter importância e grande difusão no Brasil. Entre esses mitos temos

o das *amazonas*, encontrado nos escritos dos viajantes, em pleno século XIX, o próprio Vamhagen, visto por muitos como o grande nome da historiografia brasileira, refere este mito. O exotismo da fauna, da flora e das populações indígenas alimentou no Brasil uma rica teratologia. Sincretizavam-se velhas crenças medievais, mitos indígenas e, posteriormente, o rico mundo imaginário oriundo da África. Acrescentava-se a tudo isso a perspectiva mirífica de lagoas douradas, montanhas de prata, ouro e eldorados que mudavam de local, mas que sempre se constituíam numa possibilidade de conquistar os sertões. O mundo vivido pelo colonizador português do século XVI, e posteriormente pelo luso-brasileiro, era um mundo de encantamentos, no sentido de defrontar-se com a diferença. A exuberante e bravia América mostrava as múltiplas possibilidades de criação. Esse encantamento e assombro frente ao novo mundo representou um fenômeno que se prolongou até o século XIX, período em que foram devassadas as últimas porções do território.

Nos primeiros documentos a respeito da terra, o assombro frente a alteridade se manifestava. O exemplo mais conhecido é a carta de Pero Vaz de Caminha. Nela, com poética, o escrivão da armada portuguesa narra os eventos ocorridos durante os primeiros dias em que, oficialmente, permaneceram na nova terra. Caminha⁽¹²⁾ pode ser considerado o primeiro cronista da exótica terra dos papagaios, descrevendo suas impressões com graça e muito bom gosto. Retratou o indígena como belo, puro e gentil. Sua primeira referência aos homens da terra ocorre quando, lançada a primeira ancoragem, refere: "Avistámos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito. Estes homens eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. [...] a feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados de bons rostos e narizes, bem feitos. [...] ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, [...] e uma daquelas moças era tão bem feita e tão redonda, [...] que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela". O olhar do escrivão da armada não foi o único a

(12) Pero Vaz de Caminha, *Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*, Portugal, Publicações Europa-América, s.d, pp. 62-65.

demonstrar generosidade com a alteridade. Gilberto Freyre lembra muito bem esse olhar ao analisar o olhar do português recém-chegado às terras brasileiras. O heroico na experiência portuguesa, ao enfrentar os riscos no novo mundo, não está no risco utilitário em si, mas no risco de se colocar em risco por um outro valor. A perda dos seus referenciais de valor pela obtenção de valores "menores" (diferenças) foi valorizada pelo grande gesto de se constituir em um exemplo de valorizador de valores. Essa atitude demonstra um estar para "além do bem e do mal". A análise sobre a estética do corpo das mulheres indígenas, constituiu-se em uma metáfora da espacialização das representações portuguesas tiradas de fora da tradição histórica vividas na Europa da época. A fuga da moral abstrata e imposta, opunha uma ética que se originava num grupo historicamente determinado que os colocava fora do tempo e do espaço. Por outro lado, o sair do tempo e do espaço, criou as condições para uma "nova" estética que possibilitou produzir uma nova ética.

O manuscrito⁽¹³⁾ intitulado *História Brasileira* relata as observações que o autor Komuary fez do Brasil. Do relato é possível apreender o quanto o colonizador desconhecia a natureza e o nativo brasileiro. Esse desconhecimento possibilitou a ampliação imaginativa do português. As descrições do autor sobre o meio natural, flora, hidrografia e relevo, dão conta da pujança da vegetação, da beleza e da pureza das águas dos rios, das formas harmônicas do relevo e da fertilidade do solo. A descrição do meio natural é associada às lavouras de algodão, considerando o ambiente natural e a organização do espaço colonizado. A combinação dos diferentes fatores naturais, humanos e económicos descritos demonstra a simbiose realizada pelo nativo. Na opinião do autor, os índios conheciam profundamente o meio, ao contrário do "europeu que não conhece a natureza". Esse aspecto fundamental revela a visão europocêntrica do português, ao tratar com o novo meio natural. O europocentrismo manifestava-se através da perplexidade ao observar formas cuja diversidade se contrapunha ao conhecido e não da simples negação e exclusão. Ao defrontar-se com as diferenças, procurou descobrir o *logos* do mundo do outro, os seus próprios simbolismos.

É no trecho inicial do texto, onde se lê "*a civilização é a rainha do*

(13) B.G.U.C. Ms. *Inventário do Espólio Literário de Garrett*, Caixa 11ª 71.

mundo e a campeã da corrupção", que se percebem as dificuldades encontradas pelos colonizadores para desenvolver o processo de ocupação do meio. O autor argumenta ainda a ignorância do colonizador frente ao nativo, "cujas virtudes simples" assemelhava-se à "linguagem singela da natureza". A comparação mostra a importância do nativo no processo de ocupações portuguesas em terras brasileiras. Esse processo, sem dúvida, engendrou novos tipos de sociabilidade, com formas próprias, em que a visão dos dois mundos, o velho e o novo, sem se fundirem, imbricaram-se, criando novos registros sociais através de um processo de amálgama, onde diferentes códigos e costumes delinearam o caráter híbrido de nossa sociedade. O enraizamento histórico-social floresceu vinculado a um certo hibridismo dos processos iniciais de ocupação e expansão portuguesa no novo mundo. A descrição do autor⁽¹⁴⁾ coincide com a visão de outros brasileiros. Na correspondência de *O Brasileiro em Lisboa*, lê-se: "Há seis meses que habito esta terra de meus paes — e a tinta verdor de oliveira, a pobre vegetação das vinhas não pode fazer esquecer o esplendor das riquezas de nossas florestas". A contemplação feita pelo brasileiro sobre a natureza estranha, e de certa forma pobre, do meio português reifica a ideia transmitida por Komuary. A visão da diferença entre o espaço da metrópole e o espaço da colônia foi sentida tanto pelos portugueses como pelos brasileiros. O processo de ambientação portuguesa no Brasil representou a impossibilidade de a civilização européia ser transplantada integralmente. A adequação fez-se através da inclusão de novos códigos e costumes à nova realidade. Essa inclusão foi relativizada à diferença que impulsionou a recriação de uma realidade social constantemente renovada pela invenção de novas regras, o que levou a uma contínua mudança que caracteriza a flexibilidade de nossa sociedade.

A experiência lusa repetiu-se no Brasil de forma a possibilitar um processo de ocupação em que a miscigenação produziu a elasticidade no tecido social. Tal metamorfose criou a sociedade brasileira, cuja generalidade de formas, do modo de se pensar no mundo e de pensar o mundo se expressa através da capacidade cosmopolita do brasileiro. Os gestos, a informalidade, a estética, a

(14) BGUC. Ms. *Inventário do Espólio Literário de Garrett*, Caixa 13^a.

fala, a música, a poesia, a arte, a religiosidade, o contraste compõem o jeito de ser do brasileiro. Essa reconstrução portuguesa originou o Brasil e a diferença que o constitui. O reconhecimento da diversidade brasileira centra-se em duas categorias de entendimento — a de povo e a de país⁽¹⁵⁾. A categoria povo remete à noção de nacionalidade e a de país à noção de identidade nacional. Essas duas noções delimitam o debate sobre a estética da sociedade brasileira. A construção do espaço nacional implicou o surgimento de uma lógica social que não se opunha ao estrangeiro, mas por um princípio relativizador o incluía. Falar em povo é falar em sociedade e cultura e, conseqüentemente, pensar em diversidade, ou seja, falar em povo não é falar em elite ou em segmentos sociais isolados, dicotomicamente, através de um viés funcionalista-mecanicista. Falar em povo não é excluir, é incluir e compreender a diversidade. A discussão acerca da categoria povo, que remete ainda ao debate sobre nacionalidade, foi a questão mais problemática enfrentada pelos constituintes de 1823. A categoria povo supõe a categoria de cidadania: qual o povo que se constituiu no cidadão brasileiro no momento da instalação do Estado-nação?

A sociedade brasileira movimentava-se dentro de um quadro de valores onde o relacional sobrepunha-se ao individual; a família constituía-se no centro de todas as relações; o poder patriarcal sobrepunha-se ao Estado e o clientelismo mediava o conjunto das relações sociais. Esse conjunto de valores marcou o universo simbólico de nossas relações. O patriarcalismo como tendência autonomista perante o Estado teve o seu primeiro impacto, no sentido de perder seu poder descentralizador, após a Reforma de 1772, com as alterações na filosofia do direito dos cursos jurídicos da Universidade de Coimbra, que embasaram as reformas jurídicas e administrativas introduzidas por Pombal no Brasil Colônia. Através dessas reformas iniciou-se no Brasil a "razão do Estado," que passou a abalar o pátrio poder, que havia crescido pela "ausência" do Estado. A construção da cidadania organizou as diferenças étnicas, culturais, religiosas, políticas e económicas, através da vinculação desses cidadãos que representavam a diferença à um universo homogêneo. A unificação

⁽¹⁵⁾ A temática da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil. Quem aprofundou significativamente esse debate foi Renato Ortiz em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

brasileira, que foi fortemente marcada por uma história nem sempre pacífica, caracteriza-se pela heterogeneidade de lógicas sociais. A demarcação do território brasileiro, que se vincula à compreensão do país, foi uma tarefa luso-brasileira realizada pela política portuguesa de expansão de sua possessão na América. Tal política teve no mestiço um papel decisório.

A relação entre a constituição do cidadão brasileiro e a construção de um Estado-nação é delineada por aspectos únicos, isso porque caracterizar a nacionalidade envolve caracterizar a história da construção da sociedade brasileira. Tal história, enfocada a partir da construção da cidadania brasileira, veicula-se ao Estado-nação e ao sentido de brasilidade; essa brasilidade se fez a partir da criação da realidade mestiça. A discussão da nacionalidade deve ser relativizada não como uma definição "em si," mas como uma interpretação de que resultou o próprio projeto da organização histórico-social cujo princípio se configura no sincretismo, resultado da formação de uma realidade mestiça. A cristalização de valores internalizados por essa miscigenação deve ser vista como uma dinamicidade que relê, reatualiza códigos próprios que geraram um modelo cuja dinâmica traz continuamente novas formas, cuja estética não se encontra na lógica cartesiana. A mestiçagem como solução para a ocupação do território português nos trópicos gerou uma sociedade configurada por uma auto-referência cuja densidade crescente dá origem a um outro espaço-tempo com uma nova ordem de sociabilidade que está, a um só tempo na modernidade e para além dela. A heterogeneidade social conduziu à homogeneidade da unidade brasileira: a igualdade na diferença. A definição do processo demográfico construído pela dinâmica social portuguesa na colônia, em termos de continuidade da dominação civilizacional e de mudança, oscilava nos diferentes momentos de nossa história colonial. No período após 1760, encontramos vários indicadores do incentivo ao processo miscigenatório. O projeto político pombalino utilizou a estratégia da miscigenação para mudar a face da região amazônica e para dinamizar as relações entre o Estado português e a colônia. Sua política incentivou a mistura de diferenças que garantiria a expansão territorial dos domínios portugueses, o que ampliou, para além de seu propósito, o cosmopolitismo brasileiro.

Durante a administração pombalina, realizou-se a demarcação do território, iniciando-se pelo território amazônico. O então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do

Marquês de Pombal, estimulou o casamento de europeus — ou brancos em geral — com bugras da terra e a substituição das línguas indígenas, ou da língua em geral, pela portuguesa. A política de casamentos acusou alguns resultados para consolidar o povoamento da terra. A esse respeito, lê-se em Bruno⁽¹⁶⁾ "[...] mandara presentear os casais dessa espécie de enxoval com um machado, um ferro de cora, um enxada, uma peça de bretanha e alguns côncavos de estopa — modesto enxoval que era ao mesmo tempo um convite ao trabalho, para esses noivos do sertão. Casaram-se com bugras, nessa época muitos soldados que serviam nas tropas das comissões de demarcação de limites com as possessões espanholas, e que assim encerraram sua carreira militar rendendo-se ao feitiço moreno das caboclas". Completamos o texto acima transcrito dizendo que os portugueses usaram a estratégia da miscigenação para garantir a posse e a expansão geográfica da colônia. À medida que os bugres fossem "civilizados", ou seja, aportuguesados, se garantiria de forma extremamente eficaz e economicamente vantajosa a posse da terra. Demarcavam-se as fronteiras não apenas geograficamente, com estacas, mas através da presença desse homem, o mestiço, criado em terras brasileiras com baixos custos e com uma eficácia superior a grandes investimentos militares ou de ocupação colonial para a fixação de um número significativo de núcleos familiares. O exemplo que utilizamos mostra o significado da estratégia portuguesa na questão da miscigenação. O resultado dessa estratégia foi a criação de uma nova civilização. Ao se miscigenar, o colonizador, por um lado, transmitiu os seus símbolos culturais, que foram relidos, reatualizados, tornando-se diferentes daqueles que o produziram; por outro lado, releu os novos símbolos sem fundi-los, mas ampliando-os e aplicando-os a novas formas.

A duplicidade simbólica da sociedade brasileira é o que permite a sua existência. Nesse sentido podemos lembrar Maffesoli⁽¹⁷⁾ quando refere "o jogo-duplo trivial que informa, em profundidade, as existências". Citando o aforisma de Nietzsche ele ilustra a duplicidade. Lembremos do aforisma: "Tudo que é profundo ama a máscara [...]"

⁽¹⁶⁾ Ernani Silva Bruno, *História do Brasil Geral e Regional*, São Paulo, Cultrix, s.d., vol. I, pp. 71-74.

⁽¹⁷⁾ Michel Maffesoli, *O Tempo das Tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987, pp. 70-73.

todo espírito tem necessidade de uma máscara. Direi ainda mais: à volta de todo espírito profundo cresce e floresce sem cessar uma máscara". Face a essa estratégia, Portugal prolongou a sua tradição de povo cosmopolita de uma forma única, criou um "português" peculiar em que a diferença se encontrava na singularidade do *ethos* brasileiro. A dinâmica do contato, da passagem, criou (e cria) novas formas de relações sociais que puderam ser construídas através de uma lógica específica, com a abertura para o surgimento de novas formas onde a caracterização única não encontra lugar. A dualidade, tradicional moderno, manifesta-se em todos os níveis de sociabilidade no Brasil. Existe em nossa sociedade um constante vaivém, como se no interior da matriz portuguesa houvesse a cristalização de uma infinidade de pólos de atração.

O empreendimento colonial deu-se — pelas condições portuguesas da época — principalmente na estratégia de ocupação do território, o que possibilitou um sistema múltiplo de relações — sem eliminar os conflitos — e criou o pluralismo, a facilidade de se integrar e de integrar, de dominar transformando-se, transformando para "civilizar". A cultura brasileira nasceu da articulação vinculada à miscigenação. Nasceu envolvida em uma trama de convenções sociais heterogêneas, os costumes, os mitos, os ritos, os sistemas relacionais e a religiosidade. Suas instituições são marcadas por essa heterogeneidade mediada pelo sincretismo que a compõe. As práticas sociais herdadas foram relidas de modo a possibilitar novas expressões comunicativas, que levaram à forma de organização que nos caracteriza como informais, sincréticos, musicais, descontraídos, festeiros, carnavalescos — para não nos referirmos às qualidades que exprimem juízo de valor negativo. Podemos dizer ainda que sempre tomamos medidas decisórias que são conciliatórias — "jeitinho brasileiro". Não pensamos como prevê a lógica cartesiana, mas sim como uma lógica aberta que foge a qualquer previsão, daí ser impossível classificá-la, conceituá-la ou defini-la segundo os modelos tradicionais. Nosso sincretismo representa a incorporação do conflito criando um modelo particular em nosso sistema relacional — cultura sincrética — que configura nossa lógica social, em outras palavras, nosso sistema de relações. O processo coletivo através do qual o brasileiro se constrói interioriza valores heterogêneos ao mesmo tempo que exterioriza novos valores que se concretizam em práticas sociais onde se misturam o novo e o velho, o indivíduo e a pessoa, o flutuante e o estratificado, a festa e o trabalho, com uma especificidade única.

Somos uma sociedade cosmopolita, portanto com um tecido social plástico onde a variedade de formas não nos permite delimitar e sim abrir a análise para pensar o quanto o sincretismo nos faz únicos, o quanto o amalgama das diferenças nos permite remodelar as diferentes situações históricas vivenciadas.

A política de miscigenação dos portugueses no Brasil não se limitou aos índios, ela estendeu-se à senzala. Em *Casa Grande e Senzala* e em *Sobrados e Mucambos*, esse tema é tratado com a propriedade reconhecida de Gilberto Freyre. O negro não obteve o reconhecimento da cidadania dada ao índio pelos portugueses. O negro constituía-se apenas em uma mercadoria, nesse sentido não poderia ser beneficiado como cidadão. O mérito de Freyre⁽¹⁸⁾ foi o de ter eliminado a ambigüidade de nossa definição. No momento da publicação de sua obra, já tínhamos superado o problema da escravidão. No século XVIII e no século XIX, os construtores do Estado-nação se defrontavam com o impasse dessa ambigüidade. A estratificação europeia veio com os portugueses, que trouxeram a normatização da sociedade civil. A construção do pensamento brasileiro foi mediado por Coimbra. Se, por um lado, os portugueses foram hábeis na recriação do mundo português no Brasil pela miscigenação, por outro, essa habilidade se produziu também com relação à normatização dos costumes e à formação superior dos "colonos" brasileiros. Na visão de Joaquim Nabuco⁽¹⁹⁾: "[...] pertencemos à América pelo sentimento novo, flutuante de nosso espírito, e à Europa pelas camadas estratificadas do nosso espírito". A citação do autor leva a refletir sobre a importância da vida social brasileira no período colonial. A formação em Coimbra foi essencial para garantir a europeização das camadas dominantes e de outros segmentos sociais na colônia. Ambas as estratégias se complementaram de tal forma que fica difícil pensar nossa nacionalidade sem uma delas. A eficácia dessas políticas refletiu-se na nossa sociedade de tal maneira que a música popular canta os

⁽¹⁸⁾ Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943 e *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

⁽¹⁹⁾ Joaquim Nabuco, (1849-1910), in *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Organizado por Paula Beiguelman. Coordenado por Florestan Fernandes, São Paulo, Atica, 1982. Ver ainda do autor: *Minhas Formação*, São Paulo, Editora Três, 1974; *Um Estadista del Império y Outros Textos*, Biblioteca Atacacho, 1991.

modelos nacionais, o "mestiço" e o "doutor", como símbolos nacionais. O homem mestiço constitui-se no modelo da diversidade; o doutor, no símbolo estratificado do conhecimento dessa diversidade. Nossa diversidade reflete um coletivo onde os antagonismos possuem uma representação específica no nosso imaginário.

A sociedade brasileira é a sociedade que os políticos nazifacistas abominaram. O purismo racial justificado pelo cientificismo evolucionista e utilizado pelas políticas racistas pregava a raça pura como modelo de evolução — no sentido de progresso — das sociedades. O avanço tecnológico de cada sociedade seria o parâmetro que mediria a diferença entre os homens desenvolvidos. A raça "pura", "evoluída", era representada pelos europeus que, em escalas diferenciadas, constituíam-se nos modelos de desenvolvimento. No Brasil, a miscigenação impede a classificação e possibilita fugir aos pressupostos explicativos do cientificismo evolucionista do século XIX. Em nosso país convivemos com as diferenças, nossa sociedade não poderia ser moldada por determinados padrões biológicos da teoria evolucionista pois o padrão inexistente. O pressuposto da razão prática, paradigma epistemológico do evolucionismo, não dá conta de explicar as sociedades e muito menos a sociedade brasileira. Nesse sentido, segundo Sahlins⁽²⁰⁾, a razão prática inexistente. A inexistência de modelo nos possibilita pensar a sociedade brasileira como um *caledoscópio que continua produzindo novas faces* impossíveis de serem explicadas através das teorias do século XIX.

O segundo plano em que podemos analisar a estratégia da metrópole para organizar a colônia refere-se à fundação e ao estabelecimento das normas de funcionamento da sociedade colonial. A criação das instituições que regeram o vínculo social colonial foi transplantada pela legislação portuguesa do século XVI ao século XIX, onde a normatização dos costumes trazia impregnado o culto ao direito, herança portuguesa que marca um dos princípios de nossa nacionalidade, pois foi através dos Egressos de Coimbra que a legislação do Estado-nação foi construída. Por outro lado, os costumes, os estatutos, as normas vividas pelos portugueses na nova terra combinaram diversos sistemas, refletindo uma amálgama de

⁽²⁰⁾ Marshall Sahlins, *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 13-118.

concepções heterogêneas. O papel de relevo dos cursos jurídicos nas instituições coloniais, explicitado pelas normas moralmente sancionadas sobre as práticas convencionais portuguesas, dotou a colônia do aparato de poder da metrópole. No entanto, o próprio núcleo básico da instituição colonial, a família patriarcal, unidade de produção e fundamento dessa organização social, estabeleceu-se na colônia através da hierarquia tradicional da metrópole com base no entendimento comum às "ordens" que representaram o foro e os privilégios natos das "leis fundamentais" portuguesas. Os privilégios da família patriarcal foram estendidos aos casamentos de colonos com índias. Essas uniões foram legitimadas pelos jesuítas, que procuravam torná-las legais pelo casamento, embora nem sempre conseguissem tornar o índio um cidadão, pelo casamento; foram uma das estratégias portuguesas para garantir a ocupação e a expansão do território. Ao lado da obediência civil, criava-se o sincretismo, que possibilitou uma absorção, por um lado, e uma dissipação, por outro. As entidades identificadoras se diluíram em múltiplas combinações espontâneas heteróides que, num primeiro momento, podem parecer iguais porém, embora fazendo parte da mesma natureza humana, se diversificam nas formas, produzindo um sincretismo sem fusão. As leis enraizadas nos costumes configuraram a supremacia do direito nas representações sociais, que eram a expressão dos hábitos da vida portuguesa.

A monarquia lusitana dos séculos XV e XVI, com sua expansão pelo mundo, transplantou a estrutura das hierarquias sociais e políticas, garantindo a obediência civil e permitindo a fixação do poder português. No caso da construção de nossa sociedade, com o descobrimento o poder português se estabeleceu e, com o Regimento expedido por D. João III, em 17 de dezembro de 1548, as primeiras normas administrativas, em número ainda pequeno, já asseguravam a existência de um governo-geral. Desenvolveu-se, desde então, o processo da integração do Brasil à civilização ocidental como um traço de nossa identidade. A gestão da obra deliberada da Coroa Portuguesa criou uma fórmula original, a miscigenação, a transladação da crença religiosa, a língua falada, a ocupação, a expansão geográfica e finalmente o poder político, cuja égide circunscreve o nacional. Essa normatização objetivava legitimar a presença portuguesa na colônia; era, portanto, uma estratégia da Coroa para garantir no plano administrativo o processo de "civilização". Nesse sentido, a monarquia lusitana aplicou desde o início da posse da terra as Ordenações

Afonsinas (1446), as Manuelinas (1505)⁽²¹⁾ e as Filipinas (1603). Posteriormente às últimas ordenações, foi aplicado um novo regimento em 11.01.1763 o regimento dos vice-reis do Brasil. Na opinião de Mário Reis Marques⁽²²⁾, "[...] a edificação do sistema jurídico português adaptou-se do *corpus juris*, feita pelos *post-glosadores*, este sistema subsiste e vigora até o acender das luzes".

Os hábitos europeus não encontraram respostas no novo ambiente. O primeiro passo dado para realizar esse conhecimento foi o da miscigenação, primeiro através do índio, do negro e posteriormente através do mestiço; o segundo passo foi o da legitimação dos costumes, da instalação das instituições e da administração da colônia através da legislação, um conjunto de leis que compilado sucessivamente, incorporou-se às necessidades do reino. Lendo as Ordenações, percebemos como as nomenclaturas resistiram ao tempo e transformaram-se em instituições com as mesmas denominações. Se não dizemos mais *homens bons*, como se chamaram os eleitores, dizemos hoje *representantes do povo*, que se reúnem nas Câmaras, como previam as antigas Ordenações. Os problemas administrativos são também mais duradouros do que se supõe: os males que impregnavam a política colonial da época já preocupavam os reis de Portugal, como nos mostra o rigor das Ordenações sobre o comportamento dos governadores-gerais. Como exemplo, podemos citar o fato de que os governadores deveriam retirar-se para o reino na mesma embarcação em que viessem seus substitutos, pelo processo de residência; procedia-se também à devassa das administrações coloniais como tantas vezes ocorreu. Segundo Oliveira Viana⁽²³⁾, "[...] o tipo de organização administrativa para todos os núcleos sociais em que se dividiu a população da colônia: considerando as suas diferenças específicas foram adequados, de maneira a obter maior rendimento útil à administração e à defesa".

(21) *Ordenações Manuelinas*, Liv. IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Reprodução "fac-símile" da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1797.

(22) Mário Reis Marques, "O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal", in *Boletim da Faculdade de Direito* (suplemento XXIX), Coimbra, 1987, pp. 14-16.

(23) Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1923, p. 227.

Fosse por motivos fiscais, pecuniários ou económicos o incontestável é que o reino preservou a unidade nacional obedecendo a essas diretrizes e à legislação que se estabelecia, segundo as circunstâncias do povoamento.

No plano da legislação, Coimbra esteve presente desde os primórdios da ocupação. A legislação aplicada na colónia foi muitas vezes estudada e transmitida através da antiga Universidade; mesmo antes de formarmos nossos primeiros doutores a Universidade de Coimbra se fazia presente no Brasil, ela acompanhou a edificação de nossa nacionalidade através da normatização dos costumes e da aplicação das leis desde os primeiros núcleos de povoamento até a consolidação do Estado-nação. A metrópole estendia-se até a colónia por meio da vigência das leis na malha da administração pública. As leis disciplinaram a vida da colónia e normatizaram as instituições da família ao município, dos governos gerais aos vice-reis. A trajetória da ocupação foi ditada pelas leis e aplicadas pelos administradores portugueses, que em muitos casos também foram formados por Coimbra. Muitos bacharéis tornaram-se no Brasil colónia administradores. O documento⁽²⁴⁾ comprova a nomeação do Bacharel Miguel Pereira Pinto como Ouvidor da Capitania do Mato Grosso. A disciplina das leis permitiu a vigilância e o controle dessa longa trajetória portuguesa no Brasil. Portugueses nascidos na colónia, "já não tão portugueses assim", buscaram o conhecimento das leis na antiga Universidade objetivando também "participar" da administração colonial.

Uma característica básica para a definição da sociedade moderna é a complexa existência de múltiplos domínios que, embora coexistam, apresentam especificidades e relativa autonomia. A existência de uma relativa autonomia na ação desse grupo, através da descodificação de códigos específicos que se operaram pelas ações e funções desses brasileiros no trabalho, na política, na religião e na própria formação, nos leva a concluir que as distinções se referem em princípio às representações existentes na sociedade da época. Por outro lado, as noções de sociedade e cultura, por si mesmas, têm dimensões de abrangência que podemos pensá-las como reflexos de uma mesma realidade vista sob diferentes domínios (ou níveis) da

(24) B.G.U.C. Ms. (documentos) N° 2818.

Nota: observou-se a ortografia brasileira.

vida social. A cultura pode ser pensada como um conjunto de espelhos que reflete diferentes perfis de uma mesma imagem apresentando, assim, para a sociedade, múltiplas realidades em planos sobrepostos com uma ampla heterogeneidade de elementos. O jogo de espelhos produz a lógica da diversidade, que permite a concepção de múltiplas realidades passíveis de relatividade nas diferentes esferas da vida social. A diferença entre os segmentos sociais da época levou a uma divisão social do trabalho entre grupos com *status*, origem étnica e crenças religiosas diferenciados.

A estética da sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX juntava, como hoje, o espírito do racionalismo e de abstração hibridizado com a imaginação e a sensibilidade, ou seja, no Brasil colônia, a estética se manifesta com as marcas de dois mundos: o mundo natural, inquieto e desordenado, e a tradição longa e viva do mundo português, a despeito de tudo o que nos separa. A burguesia brasileira absorveu a riqueza das cidades e o modo de vida da aristocracia rural. Essa absorção permitiu o surgimento de um modelo diferenciado cuja característica não se encontrava nos modelos existentes na época. O modelo estruturado no Brasil nos obriga a pensar a misteriosa relação que une o "lugar-tempo" e "nós", pois, ainda que o fato extrapole um "certo saber" institucional, a dinâmica da história social não deixa de produzir o nascimento de um conhecimento metafórico, que não quer ser verdade, mas que faz sentido para produzir "novas verdades".